



SERVIDOR

Aposentado pode ter que pagar Previdência

Página 3

ARTIGO

Para entender a votação da Reforma da Previdência

Página 4

“MALACOS”

Quantos ainda precisam morrer?

Página 2



Órgão de divulgação do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado de Mato Grosso

ANO XII - Nº 139
Cuiabá - Julho de 2019

O comprometido

Acesse: www.sindsepmt.org.br



13 DE AGOSTO

Servidores vão reagir nas ruas contra MALDADES da reforma

A Condsef aderiu fortemente à agenda de mobilizações da CUT e demais centrais na luta contra reforma da Previdência que prevê também demissão de servidor que pedir aposentadoria

As regras mais duras para concessão de benefícios previdenciários e o item que prevê a demissão do trabalhador e da trabalhadora de empresa estatal que se aposentar, estão motivando cada vez mais servidores a se organizar para lutar contra a reforma da Previdência do governo de Jair Bolsonaro (PSL). No Dia Nacional de Mobilização, Paralisações e Greves Contra a Reforma da Previdência, em 13 de agosto, mais de um milhão de servidores públicos e trabalhadores de estatais estarão nas ruas para defender seus direitos.

Além da exigência da idade mínima - 65 anos homens e 62 mulheres -, 40 anos de contribuição para receber o benefício integral, redução dos valores da aposentadoria, das pensões por morte e por invalidez, a reforma ataca diretamente os trabalhadores e as trabalhadoras do serviço público.

No texto aprovado em primeiro turno na Câmara dos Deputados há uma norma que encerra automaticamente o contrato de trabalho do servidor público e do trabalhador de estatal que se aposentar após a promulgação da reforma.

“Você acha que não ir ficar com os netos e dar milho às galinhas depois de se aposentar?”, questiona o Secretário-Geral da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef), Sérgio Ronaldo.

Ele mesmo responde: “Muitos que precisam retornar ao trabalho fazem isso porque precisam garantir uma vida digna para eles e suas famílias. Não é opção, é necessidade”.



Em nota divulgada no site nesta quarta-feira (24), a Condsef afirma que a regra que permite a demissão do empregado público colabora com o plano de privatizações e o esvaziamento do patrimônio público brasileiro.

De acordo com o documento, primeiro eles [o governo] desmontam a equipe responsável por tocar os trabalhos e cuidar dos equipamentos. Sem pessoal e sem concurso público, os serviços ficam abandonados. Aí entra o discurso do go-

verno de que o 'público' não funciona, de que os servidores são incompetentes e de que é necessário privatizar.

“O mercado não é bobo. Se querem comprar é porque sabem que dá muito lucro, que deveria retornar para a população em forma de melhores condições de vida, mas com a privatização o dinheiro vai para o bolso de famílias milionárias”, denuncia o Secretário-Geral da Condsef, Sérgio Ronaldo.

Para o dirigente, esta reforma só tira direito do povo e não acaba com privilégio nenhum. “Não tem sentido dizer que temos privilégios, porque temos que cumprir responsabilidades”.

Os que são realmente privilegiados, fraudadores, sonegadores, militares, políticos e rentistas, estão sendo blindados nesta reforma e estão querendo tirar bilhões dos trabalhadores

Sérgio Ronaldo

Sérgio disse ainda que o jogo está sendo jogado e que a reforma ainda tem um percurso considerável até a aprovação final e, com isso, a ideia é derrotar o projeto com muita luta.

“Nós lutaremos para derrubar essa proposta. Ainda há tempo”, afirmou Sérgio, que completou: “A luta contra a reforma deve ser de todos e todas brasileiros porque nenhum escapa desta medida e só juntos conseguiremos sair vitoriosos desta batalha e mais preparado para continuar na luta para defender o direito do povo”. (Fonte: Érica Aragão/CUT)



Em tempos sombrios de liberação recorde de agrotóxicos, as margaridas florescem de 4 em 4 anos.

A Marcha das Margaridas de 2019 vai denunciar, nos dias 13 e 14 de agosto, em Brasília, os retrocessos do último período e dizer qual país elas precisam para viver e trabalhar com dignidade

“MALACOS”

Quantos ainda precisam morrer?

Muitos já se foram, deixando famílias desamparadas e tudo dependendo da sensibilidade do Congresso. O Sindsep-MT continua na luta.

Enquanto os agentes de endemias, também conhecidos por “malacos”, da extinta Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (Sucam), hoje Fundação Nacional da Saúde (Funasa), lutam bravamente para que o Congresso reconheça que eles foram contaminados pelo Dicloro-Difenil-Tricloroetano (DDT) e o Malathion e desarquive a PEC 17/2014 que concede indenização e tratamento para os mesmos, o governo de Jair Bolsonaro toma medidas abomináveis liberando 290 produtos agrotóxicos somente neste ano indo na contramão dos Estados Unidos e União Europeia onde 32% dos produtos liberados no país já são proibidos. Somos considerados o maior consumidor de agrotóxicos do mundo. Segundo o Instituto Nacional do Câncer (Inca), os brasileiros absorvem cinco litros de veneno a cada ano. O *Dossiê Abrasco - um alerta sobre o impacto dos agrotóxicos na saúde*, diz que 70% dos alimentos *in natura* consumidos no país estão contaminados por agrotóxicos. Desses, segundo a Anvisa, 28% contêm substâncias não autorizadas.

Nova audiência pública - Estes dados estarrecedores ilustram o pedido do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado de Mato Grosso (Sindsep-MT) para uma nova audiência pública, a ser realizada na cidade de Sinop, possivelmente para final de setembro. A solicitação foi feita pessoalmente ao médico e deputado estadual Lúdio Cabral (PT), no dia 18, pelos diretores João de Deus da Silva Filho e Gilmar Campos Soeiro. A razão pela escolha do deputado foi em virtude da realização da audiência pública realizada no dia 4 de abril, onde foram debatidos os impactos dos agrotóxicos na saúde do povo mato-grossense. Lúdio também foi autor da emenda que propôs ao Projeto de Lei Complementar 53/2019, acabar com a isenção fiscal aos agrotóxicos obtendo 12 votos favoráveis, apenas um a menos do que o necessário para ser aprovada.

João de Deus fez um breve relato ao parlamentar de como os servidores eram tratados: sem EPI (Equipamento de Proteção Individual), dormiam em redes ou colchonetes do lado dos venenos e que o transporte era feito com comida e veneno juntos. Em recente pesquisa feita pelo Instituto Datafolha e divulgada no dia 24, revela que 78% dos brasileiros acham que o consumo de alimentos com agrotóxicos prejudica a saúde. Outros 72% acreditam que os alimentos produzidos no Brasil têm mais agrotóxicos do que deveriam.

Primeira audiência - O Sindsep-MT preocupado com a situação e com o alto índice de óbitos, vem realizando debates e seminários, sempre com a presença expressiva de servidores da Saúde. Em junho de 2013 foi realizada uma audiência pública na cidade de Sinop, que contou com as presenças de



Foto: Assessoria

Diretores do Sindsep-MT em conversa com o deputado Lúdio Cabral sobre os intoxicados

Sérgio Ronaldo, da Condsef e Nilson Leitão, então deputado federal, além de outras autoridades do norte do Estado. Na ocasião o parlamentar disse que daria todo apoio à causa dos intoxicados inclusive marcando para dialogar em Brasília com o presidente do Sindsep, Carlos Alberto de Almeida, que ficou indignado com o tratamento na Câmara dos Deputados. O ex-deputado nem recebeu a delegação encarregada de discutir a problema conforme combinado.

Foi nesta audiência onde se ouviu relato em forma de desabafo do “malaco” Gumercindo Fagundes Lopes que emocionou a todos no plenário da Câmara Municipal. “Eu ia pro campo e era proibido levar duas bolsas, somente uma, porque não cabia tudo na camionete. Nós éramos em seis, quatro no banco de trás e dois na frente. A bolsa ia no colo. Na pequena carroce-

ria iam os inseticidas, nossa comida e mais o combustível para a viatura. Eu atuava na região norte de Mato Grosso. Peguei 13 malárias. Na primeira quase morri. Quando estava debilitado por causa da doença, ficava no acampamento. Pegava o balde onde preparava o DDT e ia no riacho mais perto buscar água para fazer comida. Não tinha como carregar outra vasilha. Passava uma água no balde e preparava o rancho (comida).”

Nexo causal - Dias depois foi a vez da capital mato-grossense sediar a audiência pública no auditório René Barbours, da Assembleia Legislativa com a presença de centenas de servidores e ex servidores, do presidente do Sindsep-MT, Carlos Alberto de Almeida, Jussara Griffó, diretora da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef), além do agora

ex-deputado Alexandre César que conduziu a Mesa e novamente Nilson Leitão.

Jussara Griffó disse que há mais de três décadas que estão fazendo esse debate e que a forma como é tratado o uso dos inseticidas hoje, não é muito diferente do que era antigamente. “Nós não temos EPI, não temos acompanhamentos, nós não temos política. Temos que cobrar do Estado o seu papel. Ainda hoje estamos discutindo o nexo causal da doença que é mais ou menos o mesmo que discutir o sexo dos anjos”, disse.

Em seguida, Carlos Almeida disse que o grande responsável é o Ministério da Saúde que não se preocupa nem um pouco com os trabalhadores, tanto que hoje a Funasa está cortando até a insalubridade destes que manusearam o veneno a vida toda sem equipamento de proteção, acrescentando que a Sucam foi criada nos moldes militares dos da Fundação Rockefeller, dos Estados Unidos, e por isso os termos usados pelos soldados do órgão, “ataque”, “combate” entre outros.

Descontrole sócio-ambiental - No 10º Congresso Ordinário do Sindsep-MT, que ocorreu entre 22 a 26 de setembro de 2014, um dos palestrantes foi o ilustre professor do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Wanderlei Pignati que afirmou que uma das causas desse descontrole sócio-ambiental se dá pelas inúmeras emendas constitucionais que só beneficiam os grandes empresários do campo e deixam em vulnerabilidade a população e o servidor público, como o caso dos contaminados pela extinta Sucam, que até hoje lutam por seus direitos e são desassistidos pelo governo federal.

O substituto do DDT - Contestado na Europa e nos EUA, o agrotóxico **clorpirifós** tem efeitos devastadores. Segundo especialistas, ele deixa traços nos alimentos e, no organismo humano, causa danos como distúrbios hormonais, deficiência mental irreversível nos fetos e diminuição de até 2,5 pontos de QI (quociente de inteligência) das crianças. O **clorpirifós** é um agrotóxico que surgiu para substituir o devastador DDT na agricultura e é usado há mais de 50 anos - mas é cada vez mais contestado pelos efeitos nocivos à saúde e ao meio ambiente., segundo matéria publicada na revista *Carta Capital*.

O **clorpirifós** é eficiente porque, nos insetos, atinge o funcionamento de um neurotransmissor fundamental ao sistema nervoso central, a acetilcolina. O problema é que diversos outros seres vivos também possuem esse circuito - entre eles, os humanos. Além disso, o agrotóxico é um desregulador hormonal que atinge a tireoide - cujos hormônios das mulheres grávidas são fundamentais para o desenvolvimento do cérebro do feto.

“A agenda negativa que está andando no Congresso é só a da reforma da Previdência”, diz Sérgio Ronaldo

Diversos agentes de saúde públicas combatentes de endemias, em especial da malária na região Norte, apresentaram sintomas causados por contato com pesticidas altamente tóxicos. Muitos trabalhadores tiveram morte precoce, abaixo dos 60 anos de idade. A maioria dos sobreviventes apresenta quadro de adoecimento com sintoma compatível com intoxicação pelo DDT, mas segue sem assistência médica e tratamentos especializados. A situação agrava a qualidade de vida dos trabalhadores remanescentes e de seus familiares, que estariam contemplados na Proposta de Emenda à Constituição 17/2014 que concede indenização e tratamento aos ex-servidores mas infelizmente está hoje arquivada.

Segundo o secretário-geral da Condsef/Fenadsef, Sérgio Ronaldo da Silva, foram feitas várias iniciativas este ano com a perspectiva de desarquivar a PEC 17. Como não foi aprovada na última legislatura, o rito é que ela fosse arquivada e só pode ser desarquivada na nova legislatura. “Nós fizemos vários memoriais a senadores e deputados,

principalmente os da região Norte, relatamos toda essa situação dos companheiros da ex-Sucam com problemas de intoxicação e solicitamos para que a PEC fosse desarquivada e que continuasse a tramitar no Congresso”, diz.

“Infelizmente a agenda negativa que está andando no Congresso é só a questão da reforma da Previdência, que é de fato para retirar os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras deste país de se aposentarem e evidentemente a perspectiva deste pedido nosso hoje está um pouco inviável por conta desta agenda negativa. Os parlamentares não respiram outra coisa a não ser tirar o direito do trabalhador de se aposentar. Mas não perdemos de vista a perspectiva de desarquivar esta PEC embora sei que teremos muita dificuldade daqui para frente de fazer com que ela ande porque infelizmente, mesmo com uma renovação de políticos acima de 50% tanto na Câmara como no Senado Federal os atuais parlamentares são mais conservadores, são mais vendilhões do que os caciques no passado”, conclui Sérgio Ronaldo.

MAIS MALDADES

Servidor aposentado que ganha mais de R\$ 1 mil pode ter de pagar Previdência

O texto da reforma penaliza principalmente os aposentados com benefícios menores

Entre as maldades que constam no texto da reforma da Previdência aprovada em primeiro turno na Câmara dos Deputados, uma é a proposta de obrigar os servidores públicos federais que ganham acima de R\$ 1.000,00 a continuar contribuindo com a Previdência, em caso de déficit do Regime Próprio dos Servidores Públicos (RPPS).

Isto significa que todos os servidores aposentados da União serão taxados com alíquotas que variam de 7,5% a 22% sobre o que exceder os mil reais, já que não há registro de trabalhadores e trabalhadores da categoria ganhando menos do que essa quantia.

“Hoje só contribuem com a Previdência os servidores federais aposentados que ganham acima do teto do INSS, de R\$ 5.839,45. O texto da reforma penaliza principalmente os aposentados com benefícios menores”, analisa o economista do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) Clóvis Scherer.

Segundo ele, a medida também poderá atingir os servidores estaduais e municipais, se na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 006/2019, nome oficial da reforma da Previdência, forem incluídos estados e



municípios, como querem alguns governadores e prefeitos.

“Como a maioria dos regimes previdenciários dos servidores da União, estados e municípios estão sendo divulgados com déficit, será muito mais fácil para os governos autorizarem a cobrança de uma alíquota maior dos aposentados. Ou seja, se o aposentado ganhar R\$ 3 mil vai pagar uma alíquota sobre os R\$ 2 mil a mais”, explica Scherer.

De acordo com o secretário-geral do Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Distrito Federal (Sindsep-DF), Oton Neves, todos os 110 mil servidores públicos federais de Brasília, já aposentados serão taxados e os 80 mil que ainda estão na ativa serão futuramente, ao se aposentarem, porque ganham acima do salário mínimo.

PEC 6

Empregados públicos serão demitidos após aposentadoria

Quem pedir aposentadoria depois da promulgação, terá o vínculo empregatício automaticamente rompido

Regra contida no texto da reforma da Previdência aprovado em primeiro turno pela Câmara dos Deputados extingue contrato de trabalho do empregado público que se aposentar após a promulgação da emenda. Atualmente, grande parte dos empregados públicos aposentados continuam trabalhando e recebem salário mais o benefício do INSS, conforme permitem as regras atuais. Caso a PEC 6 seja aprovada como está, empregados públicos sofrerão corte significativo de direitos.

O analista político e diretor de documentação licenciado do Diap, Antônio Augusto de Queiroz, explica que a proposta original da reforma previa três normas com relação aos empregados públicos aposentados que permanecem com o vínculo de trabalho, mas ao final das alterações realizadas nas comissões de Constituição e Justiça e Especial, prevaleceram

duas: uma regra permanente e outra de transição.

“A regra permanente que permaneceu diz que o empregado público, após a promulgação da emenda, não poderá se aposentar e continuar trabalhando, ou seja, existe uma vedação quanto a isso. Dessa forma, quem pedir aposentadoria depois da promulgação, terá o vínculo empregatício automaticamente rompido, independentemente da idade, mesmo que não atinja a idade de aposentadoria compulsória, que é de 75 anos”, comenta.

A exceção é a regra de transição, que incide sobre os empregados já aposentados atualmente e que continuam trabalhando. “Na regra de transição, todos aqueles que na data da promulgação já estavam aposentados e com o vínculo empregatício mantido, esses continuam como estão até completarem 75 anos.” (Fonte: Condsef)



Governo quer cortar carreiras e mudar regra de estabilidade para servidores

O Ministério da Economia prepara uma reforma da administração pública para reduzir o número de carreiras do funcionalismo, mudar as regras que garantem estabilidade para os funcionários públicos e abrir espaço para demissões. Atualmente, são mais de 300 carreiras, com cerca de 3.000 cargos. A proposta será encaminhada ao Congresso Nacional, mas ainda não há um prazo definido. A ideia não seria fazer demissões em massa, mas ter mais produtividade dos funcionários.

Além disso, os técnicos da equipe econômica querem tornar obrigatório e efetivo o processo de avaliação de desempenho de cada servidor. Outra possibilidade em estudo é acabar com promoções automáticas. Ainda está em estudo se será necessário enviar ao Congresso propostas de emenda à Constituição, projetos de lei ou medidas provisórias.

“Estamos fazendo um trabalho detalhado para que a prestação do serviço público seja mais eficiente. Queremos acabar com as distorções existentes, e uma delas é a estabilidade. O tema é delicado, mas será enfrentando por esse governo”, disse um técnico que acompanha as discussões.

Educadores em greve há mais de dois meses acampam em frente à sede do governo estadual

Começou na terça-feira, 30, mais uma semana de mobilização dos profissionais da Educação da rede estadual de Mato Grosso, em greve há mais de dois meses. Após o recesso na Assembleia Legislativa de Mato Grosso os acampados mudaram as baracas para o Palácio do governo, no Centro Político Administrativo da Capital. O objetivo é sensibilizar o governador Mauro Mendes a encaminhar um resposta, o quanto antes, para o cumprimento da Lei 510/2013.

A intransigência do governador em cumprir o direito dos profissionais só faz aumentar a resistência da categoria, apesar de dois meses de salários cortados. Conforme o presidente do Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso (Sintep-MT), Valdeir Pereira, a greve não precisaria ter acontecido. Ela foi provocada quando o governo descumpriu a Lei 510/2013, apesar da educação ter recursos próprios para cumpri-la. “Infelizmente o governo resolveu tratar a 510/2013, no atacado, com os demais serviços públicos”, disse.

A mobilização dos educadores tem focado em manter a resistência dos profissionais que estão com salários cortados, promovendo ações de solidariedade. Em frente ao Palácio foi montada o brechó, com a venda de roupas, sapatos e bijuterias para arrecadar recursos. (com Sintep-MT)

Expediente

o compromisso

Boletim informativo do Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso

Rua Dr. Carlos Borralho nº 82, bairro Poção. CEP 78.015-630 - Cuiabá-MT
 Telefone: (65) 3023-9338/3023-7000 - email: contato@sindsepmt.org.br
 Jornalista responsável: Mário Hashimoto DRT 200/MT
 E-mail: mhashi104@yahoo.com.br
 Editoração eletrônica: Oficina A-104

DIRETORIA EXECUTIVA TRIÊNIO 2016/2019

Presidente: Carlos Alberto de Almeida; **Vice Presidente:** Elias Belisário de Araújo; 1º Sec. Geral: Damásio de Souza Pereira; 2º Sec. Geral: Hobson Aparecido Correa; 1º Sec. de Finança: Gildásio Ferreira Gomes; 2º Sec. de Finança: Sebastião de Jesus; 1º Sec. de Administração: Enildo Gomes; 2º Sec. de Administração: Nelson Fortunato Ojeda; 1º Sec. de Ass. Jurídico: João Bosco de Moraes; 2º Sec. de Ass. Jurídico: Idivaldo B. De Oliveira; 1º Sec. de Formação e Política Sindical: Maurício Alves Rattacaso Júnior; 2º Sec. de Formação e Política Sindical: Lurdes Fernandes Rosa; 1º Sec. do Interior: Benedito Assis da Silva; 2º Sec. do Interior: Albir Alves de Brito; 1º Sec. de Imprensa e Comunicação: Gilmar Campos Soeiro; 2º Sec. de Imprensa e Comunicação: Celso Alfredo Simon; 1º Sec. Aposentados e Pensionistas: Izael Santana da Silva; 2º Sec. Aposentados e Pensionistas: Zelairdes Rodrigues Leite; 1º Sec. Saúde do Trabalhador: João de Deus da Silva Filho; 2º Sec. Saúde do Trabalhador: Deusdete Cabral; 1º Sec. Anistiados e Demitidos: Joacira Santana Rodrigues de Almeida; 2º Sec. Anistiados e Demitidos: Selmo Jacinto de Oliveira; 1º Sec. de Cultura: José Olímpio da Silva Neto; 2º Sec. de Cultura: Manoel Martins; **Suplentes de Direção:** Jardes Tomé dos Santos Pacheco; João Martins de Souza; Sérgio Balbino Ferreira; Evangelista Pereira Barros; João Galdino de Souza; Zita Antonia Gomes Silveira; **Conselho Fiscal:** Titular João Sebastião Alves Pereira; Conselho Fiscal: Titular Benedita Vandinéia de Oliveira; Conselho Fiscal: Titular Edmilson Lourenço Máximo; Conselho Fiscal: Suplente Geovana Santos Moreira; Conselho Fiscal: Suplente Ademair Viana dos Santos; Conselho Fiscal: Suplente Clarisse Maria Sala

ARTIGO

PARA ENTENDER A VOTAÇÃO DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA

O governo cedeu no conteúdo, abrindo mão do regime de capitalização, do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e da mudança na aposentadoria dos trabalhadores rurais, e ainda teve que liberar as emendas para o "centrão". E também porque a esquerda bateu fortemente naqueles pontos, considerados perversos para com os mais pobres, com grande repercussão na mídia comercial e nas redes sociais.

ANTÔNIO AUGUSTO DE QUEIROZ*

O resultado da votação da reforma da Previdência pode ser explicado a partir da composição do Congresso, de perfil liberal e fiscalista, do ambiente de crise fiscal do Estado brasileiro, além da dedicação exclusiva do presidente da Câmara e da equipe econômica do governo à aprovação da matéria.

Para explicar a questão de fundo, que é o perfil político do Congresso eleito em 2018, vamos organizar o raciocínio em torno da narrativa em moda, que divide os parlamentares entre representantes da "nova" e da "velha" política.

A chamada "nova política", nessa perspectiva, seria representada pelos "novos" parlamentares, de perfil liberal e fiscalista, em boa parte sem experiência pública anterior, especialmente legislativa, eleitos com apoio das redes sociais, a partir de discurso moralista de combate à corrupção e de eficiência do gasto público.

Esses "novos" parlamentares, como regra, estão distribuídos nos partidos do centro à extrema direita do espectro político, e, como exceção, em partidos de centro-esquerda, como PDT, PSB e Cidadania (ex-PPS).

Para eles, quem garante a justiça é a eficiência da economia, que por sua vez gera emprego e renda, e o esforço individual das pessoas, responsável por criar as condições de empregabilidade, e não as políticas públicas ofertadas pelo Estado. É uma visão meritocrática e individualista, do tipo "a cada um segundo sua capacidade".

Por isso, essa parcela do Parlamento apoia as reformas fiscais e liberais, como esta da Previdência, por convicção.

Os chamados representantes da "velha" política, vistos de forma negativa pela narrativa em voga, seriam os "reeleitos", porém divididos em 2 grupos: um formado pelos partidos de esquerda; e outro representado pelo "centrão".

O primeiro grupo, de esquerda, também pode ser classificado em 2 tipos de parlamentares: os gastadores de recursos públicos (perdulários) e os que usam o Estado para sobreviver politicamente.

Para esse grupo, a realização da justiça social depende de condições materiais, de igualdade de oportunidades e de políticas públicas do Estado. Sem essa proteção coletiva, o segmento pobre não teria oportunidade. Trata-se, portanto, de uma visão solidária, do tipo "a cada um segundo sua necessidade".

Esses grupos, por serem supostamente intervencionistas na economia e defensores do Estado máximo, seriam contrários a qualquer tipo de reforma que reduzisse o gasto público.

O segundo grupo, formado por parlamentares do "centrão", seria a tropa do "toma-lá-dá-cá", sem qualquer compromisso programático. São vistos como "sanguessugas", que condicionam o apoio às reformas à troca de recursos do orçamento, mesmo pertencendo à partidos de visão liberal e fiscalista.

O "centrão", apresentado como "fisiológico" perante a opinião pública e temendo ser responsabilizado por eventual colapso das contas públicas, utilizou uma estratégia inteligente: exigir mudança no conteúdo da reforma, para "demonstrar sensibilidade social", mas sem abrir mão da liberação das emendas parlamentares.

A estratégia funcionou. O governo cedeu no conteúdo, abrindo mão do regime de capitalização, do Bene-

fício de Prestação Continuada (BPC) e da mudança na aposentadoria dos trabalhadores rurais, e ainda teve que liberar as emendas desse grupo.

Vale lembrar que a estratégia funcionou também porque a esquerda bateu fortemente naqueles pontos, considerados perversos para com os mais pobres, com grande repercussão na mídia comercial e nas redes sociais.

Esses parlamentares do "centrão", por pertencerem a partidos conservadores e de visão liberal fiscal, mesmo sem maiores convicções, não teriam alternativa a não ser apoiar a reforma. Uma estratégia pragmática num momento em que ela [a reforma] passou a ter apoio na opinião pública, além de sempre ter sido defendida por seus aliados no mercado, na mídia e no governo.

As concessões em termos de conteúdo, embora tímidas, ajudaram na formação de maioria em outros partidos, porque deram aos parlamentares refratários o argumento de terem melhorado a reforma. Contudo, foi a liberação das emendas que motivou o "centrão" a votar em favor do texto.

Por essa leitura, com exceção da esquerda, que votaria contra a agenda de reformas com esse viés fiscal, todos os demais votariam a favor, incluindo os "novos", por convicção, e os do "centrão" por sobrevivência.

Com um Congresso majoritariamente alinhado com a visão liberal fiscal — e num ambiente marcado por forte risco de colapso nas contas públicas, que expõe de modo dramático a necessidade de equilíbrio nas contas públicas — as condições para aprovar agendas com esse escopo seriam facilitadas.

O fato de o orçamento estar congelado, em termos reais, e de a despesa previdenciária ser a maior, após a dos juros das dívidas interna e externa, facilitou a estratégia do governo, do mercado e da mídia de jogarem luzes sobre o crescimento da despesa previdenciária, o que passou para a sociedade a percepção da necessidade e urgência da reforma.

Por fim, foi decisiva a determinação do presidente da Câmara e da equipe econômica do governo em concentrar esforços na reforma. O envolvimento do deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), conhecido como um homem pró-mercado, foi de tal ordem que ele assumiu não apenas a articulação com os líderes partidários, mas também participou da negociação de conteúdo. Funcionou, na prática, como líder do governo, embora tenha dito que se tratava de uma agenda do Congresso.

Esse tende a ser o padrão de votação em matérias da agenda liberal e fiscal do governo. Terá a esquerda contra, mas contará com os "novos" sem custo e com o "centrão", ainda que tenha que pagar pedágio via liberação de emendas parlamentares.

Agora, é esperar o 2º turno na Câmara dos Deputados, a partir de 6 de agosto. Após a finalização da tramitação nesta Casa, a matéria será enviada ao Senado Federal para debate e deliberação da PEC na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) — que emitirá parecer sobre a admissibilidade e o mérito — com igual necessidade de 2 turnos de discussão e votação e quórum qualificado de 3/5 para a aprovação da PEC em plenário, com pelo menos 49 votos dos senadores.

(*) JORNALISTA, CONSULTOR E ANALISTA POLÍTICO, DIRETOR DE DOCUMENTAÇÃO LICENCIADO DO DIAP E SÓCIO-DIRETOR DAS EMPRESAS QUEIROZ ASSESSORIA EM RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E GOVERNAMENTAIS E DIÁLOGO INSTITUCIONAL ASSESSORIA E ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS.

Foto: Idio Nemésio

A direção do Sindsep-MT recebeu em sua sede, no dia 30, dirigentes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST/MT). Foram discutidos vários assuntos e estratégias de ação na atual conjuntura política contra o governo Bolsonaro. Uma das medidas imediatas são as reuniões regionais e a primeira já acontece no Mato Grosso do Sul.



NOME	DIA
ADELITA DE ARRUDA MAGALHÃES	23
AGENOR EUSTAQUIO DA SILVA	14
AGNA SILVA DE ASSIS	20
ALBIR ALVES DE BRITO	04
ALEANDRA MARIA BLANGER	17
ALMERINDA PEREIRA DE PINHO	06
ANA JOSEFA BARROS DA COSTA	04
ANGELO SANTANA	02
ANILDO RODRIGUES PEREIRA	27
ANTONIO ELIAS DE LIMA	16
ANTONIO SABINO DOS SANTOS	10
ANTONIO VICENTE DOS ANJOS SOBRINHO	21
ANTUZIA ALVES DA SILVA	27
ARACIMIR DA LUZ SANTIAGO	13
ARISTIDES PAES DE OLIVEIRA	31
ARLINDO RODRIGUES SPINDOLA	19
BENEDITO NASCIMENTO GOMES	29
BENEVENUTO DO ESPIRITO SANTO MODESTO	10
BERNARDO VIEIRA DE ALMEIDA	18
BRANCA ROSA ROCA IKEDA	29
CARLOS AUGUSTO RODRIGUES	02
CARLOS CORREIA	01
CATARINA MARIA DE ASSIS	25
CLARICE APARECIDA RODRIGUES DE OLIVEIRA	17
CRISTINE MATOS DE BRITO	06
DALMI LUCIO DE ALMEIDA	02
DONATO FERREIRA DA SILVA	16
DURVALICE LARA DE ARRUDA	23
EDILSON LEONARDO DA SILVA	04
EDILSON RAMOS VARANDA	09
EDMILSON DE SOUZA	31
ELIA TEREZINHA CZARNOBAY	26
ELIANGELO CALVACANTE SOUZA	01
ELIETE VIEIRA DA SILVA	03
ENEDINO MAXIMIANO DE JESUS	26
ERMITA FERREIRA DE OLIVEIRA	13
EUNICE DA SILVA ALVES	21
EURIPEDES MOREIRA LOPES	27
FRANCISCO LOPES FILHO	25
GABRIEL DOS ANJOS	23
GANABRIEL DO ESPIRITO SANTO MODESTO	03
GELDOMIRA PIRES MIRANDA MUTRAN	06
GILMAR PAIEQUE PAROCA	27
HEITOR MARQUES TEIXEIRA	21
HERMES PINTEL	22
IVO ROSA DE MORAIS	11
JERONIMO VENANCIO DE ANDRADE	22
JESUS NOGUEIRA DE AZEVEDO	06
JOANA FRANCISCA GONZAGA PINHO	01
JOANITA DE SANTANA BARROS	11
JOAO PINTO DE FRANCA	21
JOAQUIM CLAUDIONOR DE SIQUEIRA	02
JOAQUIM OZORIO BARBOSA	18
JONILSON MORAES DA SILVA	11
JOSE AUGUSTO RODRIGUES FONSECA	12
JOSE DE OLIVEIRA	10
JOSE EL HAGE	15
JOSE LUIZ GOMES	16
JOSE MARIA FILGUEIRAS	19
JOSE MARIA SILVA E ARRUDA	27
JOSE MERTIOR MARTINS	07
JOSEFINA MARIA DOS SANTOS	27
LAURITA ALVES DE ALMEIDA	11
LEONIDAS MONTEIRO GOMES DA SILVA	07
LIDIA ROSA DE OLIVEIRA	03
LINDAURA MUNZILAR NAQUIXINEPA	08
LOURENCO RODRIGUES DE MORAES	10
LOURIVAL RODRIGUES DE MORAES	29
LOURIVALDO LOURENCO DE OLIVEIRA	01
LUIS CASSIANO DE OLIVEIRA	13
LUIZ AURELIANO DA SILVA	18
LUIZ CARLOS CARNEIRO	22
LUIZA BATISTA SILVA	22
LUIZA DA CONCEIÇÃO SILVA DE ABREU	28
MANOEL ALBANO DA SILVA	28
MANOEL DE ARAUJO SOUSA	22
MANOEL FERREIRA VILA NOVA	20
MANOEL JOSE DA SILVA	15
MANOEL LINO GOMES DA SILVA	15
MARCO ANTONIO NUNES DE OLIVEIRA	01
MARCOS GONÇALVES GUIMARÃES CORREIA LIMA	16
MARGARETE BATTISTUSSI	21
MARIA DA CONCEIÇÃO TAQUES	11
MARIA OZELIA DE LIMA DANTAS	09
MARINEZIO SOARES DE MAGALHAES	21
MARTHA VARGAS NUNES	28
MEIRE DA SILVA LEITE	16
NEVES MARIA DA CONCEIÇÃO	04
NILO VIEIRA DOS PASSOS	18
ODILA OLIVEIRA DA COSTA	08
ODIR DE ARAUJO	10
OLIRIO LUIZ DE BARROS	25
OSVALDO RUFINO BORGES	01
PAULO ARAUJO	04
PAULO ROBERTO PEREIRA DE SOUZA COSTA	17
RAFAELA REGINA MALDANER	08
RAIMUNDA FERNANDES DA SILVA COSTA	28
ROSE MARY CRAVEIRO VERLANGIERI	17
SALOMÃO MAMEDE DE ARRUDA	17
SEBASTIAO EUSTAQUIO DE CARVALHO	16
SEBASTIAO VIEIRA DOS SANTOS	13
SIDNEY FERNANDES	15
SUZANO EDISON DE SOUZA	11
THEONILDO RAMOS DE ARRUDA	23
VERGINIA DE FATIMA FABRI DOS SANTOS	10
VICENTE CABRAL	28
WILSON ALVES DA SILVA	15
WILSON ALVES DOS SANTOS	19
XISTO SILVA	06